

## AO JUÍZO DA 29ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - CE

PROCESSO Nº: 0227148-20.2024.8.06.0001

AUTOR: I ZILTON DE SOUZA PAULO

RÉU: **BANCO PAN S/A****MANIFESTAÇÃO****FATOS E PEDIDOS**

- Alega a parte autora que jamais contratou com o Banco PAN, não reconhecendo o contrato de Cartão de Crédito Consignado RMC nº 0229724819144.
- Requer nulidade do contrato, restituição em dobro dos valores descontados e indenização por supostos danos morais.

**RAZÕES PARA IMPROCEDÊNCIA**

- ✓ CONTRATAÇÃO REGULAMENTADA PELO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO N.º 1.305/2009 DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL; ART. 6º, §5º, II, DA LEI N. 10.820/2003 E DO ART. 3º, §1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS N. 28/2008
- ✓ CONTRATO COM DENOMINAÇÃO CLARA
- ✓ APRESENTADA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL DA AUTORA
- ✓ VALOR DO SAQUE RECEBIDO E DEPOSITADO EM CONTA BENEFÍCIO
- ✓ TAXAS E ENCARGOS DEVIDAMENTE ESCLARECIDOS (ART. 52 CDC)
- ✓ PARTE AUTORA VEM RECEBENDO AS FATURAS NO SEU DOMICÍLIO

## Preambulares

### DESINTERESSE NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E CONCORDÂNCIA COM O JUÍZO 100% DIGITAL

Na conformidade do art. 334, § 4º do código de processo civil, a ré manifesta o seu desinteresse na audiência de conciliação, pelo que apresenta, de logo, sua contestação. Ademais, concorda com a possibilidade de adesão ao juízo 100% digital.

## Preliminares

### DUTY TO MITIGATE THE LOSS

DEVER DE MITIGAR PERDAS – AUSÊNCIA DE QUALQUER RECLAMAÇÃO PRÉVIA

É relevante ressaltar que o **contrato** em questão é de longa data, pois **firmado em 2019** e a **ação** correspondente só foi formalizada em **2024**.

A **demora de 5 anos para protocolar a ação** suscita questionamentos relevantes sobre sua robustez e fundamento da ação.

Durante esse considerável período, **é surpreendente que a parte autora não tenha procurado o PAN com o objetivo de manifestar reclamações prévias no contexto administrativo**.

Do mesmo modo, também é surpreendente que a **parte autora não tenha anexado ao processo qualquer registro ou protocolo do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)** ou outros meios equivalentes para demonstrar sua irresignação. Em circunstâncias como essa, espera-se que uma pessoa em pleno discernimento não toleraria por tanto tempo uma cobrança que se diz indevida.

Tal comportamento suscita a hipótese de estarmos diante de uma aventura jurídica com o propósito de invalidar contratos legitimamente firmados.

A conduta contraditória da parte autora distorce os fatos, caracterizando uma clara contradição em suas ações (*venire contra factum proprium*) e viola o princípio segundo o qual ninguém pode se beneficiar de sua própria torpeza (*nemo auditur propriam turpitudinem allegans*).

Adicionalmente, o comportamento da autora contradiz o princípio do dever de mitigar as perdas (**duty to mitigate the loss**), que implica que a parte alegadamente prejudicada em um contrato ou litígio tenha por obrigação adotar medidas razoáveis para minimizar ou limitar perdas decorrentes do suposto evento danoso.

O pedido de compensação por danos morais é notavelmente absurdo e paradoxal, especialmente considerando a passividade mantida ao longo de um período prolongado, sem tomar quaisquer medidas. Agora, ao buscar alegar prejuízos e danos em juízo, tal

comportamento se mostra completamente desrazoável e contraditório em relação à lógica.

A jurisprudência sobre este tema é clara, oriunda de um antigo e consolidado entendimento do STJ no Resp 758.518/PR<sup>1</sup> e corroborada pela III Jornada de Direito Civil<sup>2</sup>. Vejamos:

RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO - **DEVER DO CONSUMIDOR DE MITIGAR O DANO SOFRIDO – DUTY TO MITIGATE THE LOSS - INOB-SERVÂNCIA – OFENSA AO PRINCÍPIO DA BOA FÉ OBJETIVA. SUPRESSIO**  
**CARACTERIZAÇÃO PEDIDO DE DANO MORAL IMPROCEDENTE**, DIANTE DA OMISSÃO DESIDIOSA DO CONSUMIDOR. Sentença mantida pelos próprios fundamentos – RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP - RI: 10272198820208260577 SP 1027219-88.2020.8.26.0577, Relator: Luís Mauricio Sodré de Oliveira, Data de Julgamento: 25/11/2021, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 25/11/2021) (destacamos)

Considerando a falta de iniciativa para iniciar o processo em tempo razoável, fica evidente a ausência de base para condenar o Banco ao cancelamento do contrato em questão, sobretudo para exigir o pagamento de indenização por danos morais, que são notoriamente inexistentes.

A presente ação nem sequer deveria ser admitida, dada a evidente ausência de interesse processual, pelo que requer a sua extinção com base no art. 485, VI, do CPC.

Entretanto, na hipótese de V.Exa. não compartilhar deste entendimento, espera-se que a notória negligência da parte autora se manifeste de maneira contundente, elucidando a V.Exa. sobre a incontestável improcedência desta ação, sobretudo em relação aos danos morais alegados.

## **COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO - FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

O objeto desta ação é contrato de empréstimo consignado nº 724819144 que foi firmado em 2019.

No entanto, é questionável que a ação tenha sido interposta somente em 2024, ou seja, 5 anos após o primeiro desconto.

Considerando que a parte autora da ação é aposentada/pensionista, com renda de aproximadamente 1 salário mínimo, é realmente surpreendente que tenha alegado desconhecimento do desconto após tanto tempo da contratação. Afinal, esse valor corresponde a porcentagem significativa de seu benefício, o que torna difícil imaginar que alguém não perceba esse tipo de desconto por tanto tempo.

<sup>1</sup> STJ - REsp: 758518 PR 2005/0096775-4, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 17/06/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: REPDJe 01/07/2010.

<sup>2</sup> Enunciado 169 - O princípio da boa-fé objetiva deve levar o credor a evitar o agravamento do próprio prejuízo.

Esse fato é ainda mais relevante em um contexto brasileiro, em que a sobrevivência com poucos recursos é extremamente difícil. Portanto, não é razoável supor que alguém que não tenha de fato contratado um serviço deixaria passar tantos anos sem questionar os descontos realizados.

Além disso, não foi apresentado qualquer protocolo comprovando a busca da solução da suposta questão na esfera administrativa.

Tal fato apenas corrobora que a parte autora sempre teve conhecimento do que contratou e dos valores que recebeu, o que invalida alegação de fraude e aponta para uma tentativa de cancelar um contrato legítimo e, ao mesmo tempo, buscar compensação por danos morais de forma descabida.

O comportamento autoral, além de ir contra o princípio jurídico do "venire contra factum proprium", viola também o princípio segundo o qual ninguém pode se beneficiar da própria torpeza - "nemo auditur propriam turpitudinem allegans".

Dessa forma, a ação deve ser extinta por falta de interesse de agir ou, no mínimo, considerada, de logo, improcedente devido à conduta temerária da requerente.

### **IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA**

De acordo com o art. 98 do Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça é concedida apenas a quem não tem recursos para cobrir custas, despesas processuais e honorários advocatícios, o que não se aplica ao caso atual.

A análise do contracheque da parte autora mostra que sua renda é superior à média nacional. Assim, ela deve pagar as custas judiciais, já que não comprovou direito à gratuidade.

Por isso, com base nos arts. 100 e 337, XIII do Código de Processo Civil, requer-se a revogação ou não concessão da justiça gratuita, e que a parte autora cubra todas as custas e despesas judiciais. Se escolher parcelar, deve seguir o art. 98, § 6º do mesmo Código.

## **Mérito**

### **PREJUDICIAL DE MÉRITO – QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA**

Consubstanciado com o comportamento contraditório autoral, visto que jamais procurou o Banco na esfera administrativa para qualquer reclamação, contrariando o dever de mitigar perdas (*duty to mitigate the loss*), imperiosa necessidade do reconhecimento da prescrição quinquenal do direito de ação invocado pela parte autora, fundamentada em marcos temporais inequívocos constatados nos autos

## DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

### ACTIO NATA – PRETENSÃO EXERCITÁVEL DESDE 2019

- ✓ Data do contrato: 30/01/2019
- ✓ Propositura da ação: 23/04/2024

Consoante preceitua a **TEORIA ACTIO NATA**, adotada pela legislação civil brasileira, o direito de provocação jurisdicional surge com a violação do direito subjetivo, qual seja, no exato momento em que a lesão se configura, em que o titular do direito passa a ter conhecimento do fato e a extensão de suas consequências.

Dessa maneira, pelo viés de referida teoria, a prescrição começa a correr com a violação do direito, assim que a prestação de tornar exigível.

Assim se verifica, inclusive, pelo entendimento dominante do STJ, no sentido de que a pretensão indenizatória tem como marco inicial a ciência inequívoca dos efeitos decorrentes do ato lesivo.

No caso em comento, o ponto de partida para o cálculo da prescrição é a data da transferência do valor proveniente do contrato, para a conta pertencente à parte requerente, especificamente: **30/01/2019**. Este é o momento em que o requerente teria se tornado ciente do suposto dano que lhe foi infligido.

Levando em conta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em questão (art. 27, CDC), alinhando com a teoria previamente mencionada, que é adequadamente aplicada no contexto do direito civil brasileiro, e ao art. 189 do Código Civil, **a pretensão autoral está claramente prescrita.**

Vale dizer que o artigo supramencionado – art. 27, CDC -, estabelece prazo prescricional de 5 anos para formular a devida reclamação a contar do conhecimento do dano:

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Assim, ao aplicar ao caso em questão o mencionado artigo, não há dúvidas de que o termo inicial para o cálculo da prescrição é a data clara do primeiro desconto realizado em benefício da parte autora. Isto porque, **diante de um desconto realizado nos proventos de quem quer que seja, torna-se evidente a ciência inequívoca de um suposto dano.**

O artigo se refere a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano, para que haja **segurança jurídica.**

O início do período de prescrição coincide precisamente com o momento em que

ocorre o prejuízo e o titular do direito se torna ciente do incidente e de suas implicações, conforme determina expressamente o art. 189 do Código Civil.

**Art. 189.** Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Não é admissível que, após anos suportando os descontos, a parte adversa venha, por meio de uma ação judicial proposta mais de **cinco** anos após o primeiro desconto, contestar tal contratação, solicitando a sua anulação, ainda mais quando nunca tentou adotar qualquer medida que mitigasse seu prejuízo.

Para efeitos, destaca-se, como exemplo, o julgamento no AgInt no AREsp 1643013/SP:

*“Entendimento diverso - ou seja, de que a prescrição se inicia somente com a rescisão ou término do contrato - **agride o princípio da boa-fé objetiva** (Código Civil, arts. 118 e 422) **ao deixar nas mãos do credor, que omite a violação de seu direito**, o controle, de fato, do prazo prescricional.*

*Ademais, **ao não apontar as supostas irregularidades no momento em que ocorrem, o titular da pretensão também surpreende a outra parte** e, assim, **ofende o princípio da confiança**, pois nela incute a expectativa legítima de que vem agindo de maneira impecável na execução das obrigações avençadas.*

***Finalmente, ao aguardar o esgotamento contratual para só então agir, o credor onera, sem justa causa, o devedor, alongando sua mora e negando-lhe a possibilidade de corrigir a tempo eventual inadimplemento parcial**, sobrecarregando, ao final das contas, o Poder Judiciário com litígios que poderiam ter sido solucionados amigavelmente entre os contratantes.” (Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, DJe de 14/10/2020, grifou-se).*

Válido também se faz transcrever parte da decisão do e. STJ, que proferiu o entendimento de que a prescrição em contratos de empréstimo não é de trato sucessivo, visto que a obrigação é uma só (pagamento do valor emprestado), apenas tendo o pagamento se desdobrado em prestações repetidas, para facilitar o adimplemento do devedor:

***“Por se tratar de obrigação única (pagamento do valor emprestado), que somente se desdobrou em prestações repetidas para facilitar o adimplemento do devedor, o termo inicial do prazo prescricional também é um só: o dia em que se tornou exigível o cumprimento integral da obrigação, isto é, o dia de pagamento da última parcela** (princípio da actio nata - art. 189 do CC). Descaracterização da prescrição de trato sucessivo.” (REsp 1523661/SE, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 3ª Turma, DJe de 6/9/2018.) (grifo nosso)*

Não há, destarte, a renovação periódica de diversas obrigações distintas, já que efetivado um único empréstimo, de sorte que o contrato dele resultante não se qualifica como sendo o de execução continuada.

Somado a isso, verifica-se que **a autora usufruiu do valor depositado em sua conta**, o que, automaticamente, integrou seu patrimônio, teve mensalmente descontos em seu benefício e, ainda assim, permaneceu inerte por mais de 05 anos, sendo evidente que o contrato é existente e válido e o negócio jurídico deve permanecer entre as partes.

A inércia da parte autora desafia a boa-fé objetiva e constitui verdadeiro “*venire contra factum proprium*”, pois permitiu que os descontos fossem lançados por tempo consideravelmente longo sem fazer absolutamente nada a respeito.

Com efeito, deve ficar claro o instante desde quando se fez possível, ao autor, agir para evitar os descontos indevidos, como alega, adotando as providências judiciais cabíveis, sob pena de o dano se protrair no tempo.

**Para quem conta diariamente com os seus proventos mensais, cinco anos é tempo mais do que suficiente**, contados do primeiro desconto indevido, para ajuizar uma ação judicial.

Assim, depois de recebido o dinheiro e o consumidor ter sofrido uma redução em seu salário, fruto de um desconto que aparece detalhadamente indicado em seu contracheque e no seu extrato bancário, é deste dia, em que o salário veio mais minguido, que passa a fluir o prazo prescricional.

Frente à ausência de argumentos sólidos e a demora na apresentação da presente ação, se desenha uma trajetória que se alinha mais à busca de vantagem indevida do que à reivindicação de um direito legítimo e propriamente dito.

Portanto, em razão do prazo prescricional ter iniciado em 30/01/2019, a prescrição restou configurada, posto que a ação foi proposta tão somente em 23/04/2024, praticamente 5 anos após a perfectibilização do contrato.

Pelo exposto, deve o presente feito ser extinto com resolução do mérito, à luz do que preceitua o art. 487, II, do CPC, tendo em vista a clara ocorrência de prescrição da pretensão de reparação civil em comento.

**SUBSIDIARIAMENTE**, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer seja aplicada a prescrição quinquenal na limitação temporal à data da propositura da ação, qual seja, 23/04/2024, para retroagir até a data de 23/04/2019, restringindo o suposto dano arguido pela parte contrária.

A jurisprudência estabeleceu claramente que, em contextos de relações de trato contínuo, a prescrição abarca as parcelas vencidas antes do período legalmente definido que antecede a entrada da ação, conforme delineado pelo art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Uma vez que essa é uma questão de ordem pública, cognoscível a qualquer tempo, é crucial declarar a prescrição de todas as parcelas retiradas antes de 04/2019, devido à clara prescrição quinquenal observada.

Sendo assim, considerando que a ação foi formalizada em 04/2024, é evidente que as parcelas deduzidas antes de 04/2019 estão, em conformidade com o estipulado pelo art. 27 do CDC, enquadradas no âmbito da prescrição.

## **REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO - DA CLARA COMPROVAÇÃO DA MODALIDADE CONTRATADA**

Em que pese a narrativa da autora de não haver contratado com o Banco, logo abaixo destacamos as provas da contratação, não havendo defeito na prestação de serviços (art. 14, §3º, inciso I do CDC).

Verifica-se, pois, o Banco cumpriu, rigorosamente, o seu dever de informar estabelecido no art. 6º e 52 do Código de Defesa do Consumidor, não havendo se falar em fraude contratual, muito menos em defeito na prestação de serviços ofertado ao autor.

### **✓ VÁRIOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS – AUSÊNCIA DE MARGEM CONSIGNÁVEL**

Consoante se observa pelo extrato do INSS acostado a inicial, já detinha inúmeros contratos de empréstimos consignados, não havendo margem suficiente para novas contratações.

Ademais com esse tanto de contratação, releva que a parte autora é bem familiar com contratações bancárias, sabendo muito bem o que está fazendo.

### **✓ CONTRATO COM DIZERES CLAROS E FORMALIZADOS EM LETRAS GARRAFAIS (ART. 6º DO CDC)**

Sobreleva destacar que toda a **contratação é formalizada de forma clara**, desmoronando vez por todas a tese autoral de desconhecimento do tipo de contratação.

Com o fito de sanar qualquer dúvida acerca da operação em comento, nos aprofundaremos na análise da referida contratação.

Em 30/01/2019 firmada a contratação do Cartão INSS VISA NAC nº 0004XXXXXXXXX5015, com a oposição de digital da parte autora no ato da contratação.





TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO PARA UTILIZAÇÃO  
DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO PAN<sup>1</sup>



DADOS PESSOAIS		
Nome: ZILTON DE SOUZA PAULO		
RG n.º: 050700246	Data Emissão: 12/03/1980	CPF/MF: 701.961.507-44
Estado Civil: CASADO(A)	Nacionalidade: BRASILEIRA	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
Endereço: RUA HIROSHIMA, 409,	Bairro: CAMPO GRANDE	
Cidade: RIO DE JANEIRO	UF: RJ	CEP: 23059138
Telefone: 21 3316-9577	Celular: 21 93316-9577	E-mail:
Nome da Mãe: IRACY DE SOUZA PAULO		
Pessoa Politicamente Exposta: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
DADOS FUNCIONAIS:		
Fonte Pagadora: INSS	Renda (R\$): 954,00	Matrícula: 6253725940
Secretaria/Departamento/Setor: SECRETARIA PADRÃO IN		
Lotação:		
DADOS BANCÁRIOS:		
Banco: 237	Ag.n.º: 1870-	Conta Corrente n.º: 1000813-1
AUTORIZO o PAN a utilizar minha conta corrente para eventuais débitos inerentes ao meu Cartão. Tenho ciência de que poderei cancelar essa autorização, a qualquer tempo, por meio dos Canais de Atendimento e demais canais eletrônicos disponibilizados pelo PAN. <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
ADICIONAL		
Cartão Adicional (não permitido no INSS): <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Parentesco:		
Nome:		
CPF/MF:		
Data de Nascimento:	Telefone:	Celular:
Local/Data:	LUCELIA, 30/01/2019	
		
Assinatura do (a) Cliente:		
Sendo o(a) Cliente analfabeto(a) ou portador(a) de necessidades especiais, as testemunhas qualificadas e assinadas ao lado, declaram que todas as condições do presente Termo de Adesão e do respectivo Regulamento foram lidas em voz alta e, sendo o(a) Cliente questionado(a) sobre sua compreensão, declarou sua concordância e aceitação.		
Nome: _____		
RG/CPF: _____		
Nome: _____		
RG/CPF: _____		

<sup>1</sup> Cláusulas e condições do Termo de Adesão no verso.

O saque inicial foi depositado em conta da parte autora, vejamos:

PAN		
SOLICITAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO CARTÃO DE CRÉDITO PAN		
Contrato N.º: 724819144		
Nome do(a) Titular: ZILTON DE SOUZA PAULO		
RG n.º: 050700246	CPF/MF n.º: 701.961.507-44	Cartão n.º: *****
DADOS FUNCIONAIS (Preencher somente se Cartão de Crédito Consignado)		
Fonte Pagadora: INSS	Matrícula n.º: 6253725940	
DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR:		
Nome	N.º do Banco: 237	N.º da Agência: 1870- N.º da Conta: 1000813-1
Autorizo o BANCO PAN S.A., em caráter irrevogável e irretratável, a transferir o valor abaixo indicado, referente ao limite de saque que possuo no Cartão de Crédito supracitado, para a Conta Corrente de minha titularidade, acima indicada.		
Declaro que tomei conhecimento prévio do Custo Efetivo Total (CET) deste saque à vista, do qual concordo e ratifico por meio do presente documento.		
CET - CUSTO EFETIVO TOTAL		
Valor do Saque <sup>1</sup> :	1.222,00	Taxa de Juros: 3,00 % a.m
Tarifa de Saque:	15,00	Juros Anuais: 42,58 % a.a
IOF Financiador:	5,45	IOF: 0,38 % a.a
Valor Total do Crédito:	1.242,45	IOF adicional: 3,00 % a.a
CET	72,99	% ao ano 4,67 % ao mês
LOCAL/ DATA	LUCELIA, 30/01/2019	
<sup>1</sup> Valor igual ao inferior ao limite de saque, podendo ser inferior ao valor em cartão. Este saque é aprovação condicional e depende condições do produto.		
		
CLIENTE		
Caso o(a) CLIENTE seja analfabeto(a) ou portador(a) de necessidades especiais, as testemunhas qualificadas e assinadas ao lado, declaram que os fluxos deste CET foram lidos em voz alta e, sendo o(a) CLIENTE questionado(a) sobre sua compreensão, declarou sua concordância.		
Nome: _____		
RG: _____		
CPF: _____		
Nome: _____		
RG: _____		
CPF: _____		
PARA USO INTERNO:		
CPF do Operador: _____		
Correspondente: _____		

Ora Excelência, não há que se falar em fraude da contratação, visto que a parte autora assinou um contrato que continha **IMAGENS ILUSTRATIVAS DE UM CARTÃO DE CRÉDITO**, fato que se ratifica com a alegação da parte autora de conhecer operações de crédito.

## ✓ TAXAS E ENCARGOS DEVIDAMENTE ESCLARECIDOS (Art. 52 do CDC)

No instrumento contratual - SOLICITAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO (TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS), juntado em anexo, na conformidade dos artigos 6º e 52 do CDC, todas as TAXAS E ENCARGOS FORAM DEVIDAMENTE ESCLARECIDAS À PARTE CONTRANTE, em quadro específico, além de especificação mensal em todas as faturas, senão vejamos:

CET – CUSTO EFETIVO TOTAL			
Valor do Saque*:	1.222,00	Taxa de Juros: 3,00	% a.m
Tarifa de Saque:	15,00	Juros Anuais: 42,58	% a.a
IOF Financiador:	5,45	IOF: 0,38	% a.a
Valor Total do Crédito:	1.242,45	IOF adicional: 3,00	% a.a
CET 72,99	% ao ano 4,67	% ao mês	
LOCAL/DATA	LUCILIA, 30/01/2019		

\*Valor igual ou inferior ao limite de saque, podendo ser inferior ao valor em crédito. Cálculo sujeito à aprovação eventual e à oferta disponível da unidade.

Ora, todas as taxas estão expressas no contrato.

## ✓ VALOR DO SAQUE RECEBIDO E DEPOSITADO EM CONTA BENEFÍCIO

Abaixo o PAN comprova que o valor solicitado via saque foi depositado em conta benefício da parte requerente, consoante comprovante devidamente registrado do SPB (sistema de pagamentos brasileiro), regulado pelo Banco Central do Brasil (Lei nº 12.865/2.013), senão vejamos:



### RECIBO DE TRANSFERÊNCIA VIA SPB

Código do Banco Remetente			Código do Banco Destinatário		
ISPB IF	Agência	Nº Conta Remetente	ISPB IF	Agência	Nº Conta Destinatário
59285411	00019	11019	60746948	01870	10008131
Nome do Remetente			Nome do Destinatário		
BANCO PANAMERICANO			ZILTON DE SOUZA PAULO		
CNPJ/CPF Remetente	CNPJ/CPF Destinatário	Contrato nº	Banco/Agência Destinatário		
59.285.411/0001-13	701.961.507-44	724819144-2001	0237-BCO BRADESCO S.A.		
Finalidade			01870-ALEM PARAIBA		
40-Liberacao de Operacoes de Credito			Data Transferência	Valor	
			08/02/2019	R\$ 1.222,00	
Valor por extenso					
UM MIL, DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS					
XX					



Registro no SPB  
No. Controle SPB:201902084183048

O comprovante juntado pelo Banco é válido e está de acordo com a norma vigente, qual seja a Lei nº 12.865/2.013.

A jurisprudência não discrepa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Alegação de omissão no que se refere ao pedido de devolução do valor depositado na conta corrente do Autor – V. Acórdão que reconheceu a invalidade do cartão de crédito consignado expedido e, via de consequência, ilegítimos os débitos realizados em seu benefício previdenciário; a inexistência de prova da autorização para a efetivação do referido saque e do crédito da quantia em sua conta corrente e a **ausência de**

**autenticação da transferência bancária – TED realizada por meio do SPB (Sistema de Pagamento Brasileiro), o que comprova a autenticação – Embargado que não demonstrou a ausência do valor transferido para a sua conta – Embora ausente autorização para saque, a TED restou demonstrada – Valor que deve ser devolvido pelo Autor - Embargos acolhidos, com efeito modificativo.** (TJ-SP - EMBDECCV: 10186814520178260506 SP 1018681-45.2017.8.26.0506, Relator: Denise Andréa Martins Retamero, Data de Julgamento: 18/12/2019, 24ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/12/2019) (destacamos)

Pois bem Exa., com o depósito comprovado pelo Banco, nasce o dever de a parte comprovar que não recebeu o valor, pois não há como o Banco fazer prova negativa nesse ponto, se tratando de prova diabólica, máxime em virtude do sigilo bancário, motivo pelo qual, não apresentando o seu extrato do período para comprovar o não recebimento dos valores depositados, há de ser reconhecido como comprovado o recebimento pela parte.

Entendendo necessário Exa., **requer que seja expedido ofício ao Banco Bradesco S.A (237) I AGÊNCIA 1870 I CONTA 1000813-1, a fim de confirmar a realização do DOC/TED, no valor de R\$ 1.222,00, disponibilizado no dia 30/01/2019**, realizado em benefício da parte autora, se referido valor foi utilizado pelo autor e se a conta possui indícios de fraude, sabendo que tais informações são imprescindíveis para o deslinde da presente demanda de forma justa, especialmente por se tratar de prova impossível para o Banco, pois só o autor tem acesso ao crédito, em virtude do princípio do sigilo bancário.

## UTILIZAÇÃO DO CARTÃO PARA COMPRAS

Ao contratar o cartão de crédito consignado, o INSS reserva uma margem e emite um cartão físico para saques e compras. As faturas anexadas demonstram que a parte autora utilizou esse cartão para compras. Esse uso contradiz qualquer alegação de vício de consentimento sobre o produto contratado.

**COMPRAS REALIZADAS  
POR MEIO DO CARTÃO  
PROVA IRREFUTÁVEL**

Vencimento

07/09/2022

Fatura Anterior

Pagamentos / Créditos

Saldo

Despesas / Débitos

TOTAL DESTA FATURA

Pagamento Mínimo

1.240,65

424,78

815,87

641,31

1.457,18

38,38

- Limite de compras à vista

R\$ 1.666,00

- Limite de saques à vista

R\$ 1.166,00

Data prevista do fechamento da próxima fatura

17/09/2022

Financiamento e Saque à vista

	Mensal (% a.m.)	Anual (% a.a.)
Período Atual	3,06	43,57
Máxima próximo período e atraso	3,06	43,57

Saque Parcelado

Período Atual	3,06	43,57
Máxima próximo período	3,06	43,57

IDF Diário

Multa por atraso

0,0002

3,20

CET Custo Efetivo Total (próximo período)

CET Financiamento	3,24	55,33
CET Compras Parceladas com Juros	3,88	57,98
CET Parcelamento de Fatura	3,88	57,98
CET Saque à Vista	3,24	55,33
CET Saque Parcelado	3,88	57,98
CET Pagamento de Contas	4,04	60,87

O CET estimado de cada operação pode variar de acordo

Data

Demonstrativo Despesas

Valor R\$

XXX XXXX XXXXX 5023: ZILTON SOUZA PAULO

13/12/2021	PAG* TELHASCAMPARCO09/12	14,65
09/06/2022	PAG* FORCAMAXIMPARC03/10	21,09
22/06/2022	PAG* JORDAO PNEUPARC02/02	50,00
24/06/2022	REINO DAS CARNEPARC02/02	30,00
27/06/2022	A 5 SENRA MERC PARC02/02	15,30
29/06/2022	GRUPO WHAM MALPARC02/03	31,67
30/06/2022	GRUPO WHAM MALPARC02/03	12,33
01/08/2022	PAGAMENTO EFETUADO	-400,00
02/08/2022	REINO DAS CARNE RIO	5,80
02/08/2022	POSTO MERCEDES RIO	29,32
02/08/2022	PAG* ROBERTOQUITERIO RIO	10,46
03/08/2022	PAG* ROBERTOQUITERIO RIO	22,48
03/08/2022	PAG* ROBERTOQUITERIO RIO	2,99
03/08/2022	PAG* FORCAMAXIMA RIO	34,00
03/08/2022	PAG* ROBERTOQUITERIO RIO	6,00
04/08/2022	MEGA POSTO FAISAO ALEM	32,56
04/08/2022	NATURALALEM ALEM	15,30

MEC3 - ONE PARQUE-ONE UTILITY

9h às 18h

Vencimento			
07/08/2022			
Fatura Anterior	Pagamentos / Créditos	Saldo	Despesas / Débitos
536,17	536,17	0,00	1.240,65
		TOTAL DESTA FATURA	
		1.240,65	
		Pagamento Mínimo	
		23,06	

  

Data	Demonstrativo Despesas	Valor R\$
13/12/2021	XXX XXXX XXXXX 5023: ZILTON SOUZA PAULO	
09/06/2022	PAG*TEHASCAMPARC08/12	14,65
11/06/2022	PAG*FORCAMAXIMPARC02/10	21,09
20/06/2022	S S 2002 BAZAPARC02/02	50,50
20/06/2022	A S SENRA MERCADO .RIO	13,42
20/06/2022	POSTO MERCEDES .RIO	21,03
20/06/2022	RACAO.COM .RIO	15,00
21/06/2022	PAG*EA .RIO	10,00
21/06/2022	PADARIA E CONFEITARIA .RIO	15,00
21/06/2022	MP *MARCO .OSAS	20,00
21/06/2022	A S SENRA MERCADO .RIO	23,99
22/06/2022	PAG*BARDOSAPO .RIO	27,00
22/06/2022	PSZ*JOZIAOPNEUPARC01/02	50,00
22/06/2022	MP *PADARIA .RIO	13,90
23/06/2022	A S SENRA MERCADO .RIO	8,57
24/06/2022	REINO DAS CARNPARC01/02	50,00
24/06/2022	A S SENRA MERCADO .RIO	21,00
25/06/2022	DROGARIAS MAIS BARATO .RIO	19,99

  

	Mensal (% s.m.)	Anual (% a.a.)
<b>Financiamento e Saque a vista</b>		
Período Atual	3,06	43,57
Máximo próximo período e atraso	3,06	43,57
<b>Saque Parcelado</b>		
Período Atual	3,06	43,57
Máximo próximo período	3,06	43,57
<b>IOF Adicional</b>		
IOF Diário	0,0002	
Multa por atraso	2,00	
<b>CET Custo Efetivo Total (próximo período)</b>		
CET Financiamento	3,72	55,08
CET Compras Parceladas com Juros	3,76	55,75
CET Parcelamento da Fatura	3,76	55,75
CET Saque a Vista	3,72	55,08
CET Saque Parcelado	3,76	55,75
CET Pagamento de Contas	4,02	60,41

O CET estimado de cada operação pode variar de acordo com as condições do produto

A esse respeito a jurisprudência não diverge:

**TJ/MA – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E DE CARTÃO DE CRÉDITO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. FRAUDE. INOCORRÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO E IMPEDITIVO DO DIREITO AUTORAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS CONSUMERISTAS. FORÇA OBRIGACIONAL DOS CONTRATOS. IRDR Nº 53.983/2016. RECURSO PROVIDO. I - Nos termos do julgamento do IRDR nº 53.983/2016, a Instituição Financeira se desincumbiu do ônus de comprovar que o autor/apelado, de fato, firmou o empréstimo impugnado na inicial, na medida em que juntou cópias dos pactos devidamente formalizados, com a assinatura do recorrente, bem como a disponibilização dos valores contratados através de transferência eletrônica (ted/doc), conforme indicado nos pactos, e **UTILIZOU O CARTÃO DE CRÉDITO FAZENDO COMPRAS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, SENDO INCONTESTE QUE CONTRATOU COM O BANCO**, utilizando-se dos valores postos à sua disposição, de modo que os descontos efetuados em seu benefício previdenciário se revestem de legalidade. II - Por seu turno, negando o recorrido a contratação, deixou de cumprir com o seu dever de cooperação (CPC, art. 6º), pois omitiu-se em apresentar extratos da sua conta bancária a fim de demonstrar que o valor contestado não fora depositado em sua conta. III - Assim, demonstrada a regularidade da contratação, ausente é o defeito na prestação do serviço por parte do demandado, o que constitui causa excludente da responsabilidade civil, nos termos do art. 14, §3º, I, do CDC. IV – Recurso provido. (TJ-MA - APL: 0000566-27.2017.8.10.0089, Relator: Desª. Ângela Maria Moraes Salazar, Data de Julgamento: 13/03/2023, 1ª Câmara Civil. Apelante: BANCO PAN S/A. Apelado: RAFAELA DE JESUS DUTRA) (destacamos)**

## PAGAMENTO COMPLEMENTAR REALIZADO POR BOLETO

A fatura abaixo recortada evidencia que o demandante sempre esteve ciente do negócio jurídico contratado, pois realizava pagamentos além do desconto em seu contracheque.

Contudo, tais pagamentos eram insuficientes, levando ao refinanciamento da dívida.

A REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS ALÉM DO DESCONTO EM BENEFÍCIO

Vencimento				TOTAL DESTA FATURA		Pagamento Mínimo
07/09/2022						
Fatura Anterior	Pagamentos / Créditos	Saldo	Despesas / Débitos			
1.240,65	424,78	815,87	641,31	1.457,18		38,38
- Limite de compras à vista R\$ 1.666,00						
- Limite de saques à vista R\$ 1.166,00						
Data prevista do fechamento da próxima fatura 17/09/2022						
		Mensal (% a.m.)	Anual (% a.a.)			
<b>Financiamento e Saque a vista</b>						
Período Atual		3,06	43,57			
Máxima próximo período e atraso		3,06	43,57			
<b>Saque Parcelado</b>						
Período Atual		3,06	43,57			
Máxima próximo período		3,06	43,57			
<b>IOF Adicional</b>						
IOF Diário		0,0002				
Multa por atraso		2,00				
<b>CET Custo Efetivo Total (próximo período)</b>						
CET Financiamento		3,74	55,33			
CET Compras Parceladas com Juros		3,88	57,86			
CET Parcelamento de Fatura		3,88	57,86			
CET Saque a Vista		3,74	55,33			
CET Saque Parcelado		3,88	57,86			
CET Pagamento de Contas		4,04	60,87			

Vencimento				TOTAL DESTA FATURA		Pagamento Mínimo
07/07/2022						
Fatura Anterior	Pagamentos / Créditos	Saldo	Despesas / Débitos			
1.602,10	1.602,10	0,00	536,17	536,17		49,56
- Limite de compras à vista R\$ 1.666,00						
- Limite de saques à vista R\$ 1.166,00						
Data prevista do fechamento da próxima fatura 21/07/2022						
		Mensal (% a.m.)	Anual (% a.a.)			
<b>Financiamento e Saque a vista</b>						
Período Atual		3,06	43,57			
Máxima próximo período e atraso		3,06	43,57			
<b>Saque Parcelado</b>						
Período Atual		3,06	43,57			
Máxima próximo período		3,06	43,57			
<b>IOF Adicional</b>						
IOF Diário		0,0002				
Multa por atraso		2,00				
<b>CET Custo Efetivo Total (próximo período)</b>						
CET Financiamento		3,72	55,08			
CET Compras Parceladas com Juros		3,65	53,70			
CET Parcelamento de Fatura		3,65	53,70			
CET Saque a Vista		3,72	55,08			
CET Saque Parcelado		3,65	53,70			
CET Pagamento de Contas		4,02	60,41			

A esse respeito a jurisprudência é clara:

**TJ-AL - APELAÇÃO INTERPOSTA NO BOJO DE AÇÃO DECLARATÓRIA E NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE LIMINAR. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DO AUTOR DE QUE ADQUIRIU EMPRÉSTIMO, TENDO SIDO INDUZIDO À CONTRATAÇÃO DE MODALIDADE DIVERSA POR FALTA DE CLAREZA NAS INFORMAÇÕES. IMPROCEDÊNCIA. DOCUMENTOS NOS AUTOS QUE DEMONSTRAM QUE O DEMANDANTE TINHA PLENO CONHECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO PACTUADO, POIS REALIZAVA PAGAMENTOS COMPLEMENTARES DA FATURA ALÉM DO QUE ERA DESCONTADO EM SEU CONTRACHEQUE, PORÉM EM VALOR INSUFICIENTE, GERANDO O REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA, ALÉM DE POSTERIORMENTE TER QUITADO A DÍVIDA E RETOMADO O USO DO SEM PAGAMENTO DO VALOR COMPLEMENTAR DA FATURA, ENSEJANDO NOVAMENTE SEU REFINANCIAMENTO QUE ENSEJOU A DÍVIDA EXISTENTE. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO PRATICADO PELO APELADO. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE REPARAR. ANÁLISE DOS DEMAIS PEDIDOS QUE SE MOSTRA PREJUDICADA. SENTENÇA MANTIDA. RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE. (TJ-AL - APL: 07303102120178020001 AL 0730310-21.2017.8.02.0001, Relator: Des. Otávio Leão Praxedes, Data de Julgamento: 12/02/2020, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/02/2020) (destacamos)**



Consoante se observa, os documentos disponibilizados na contratação possuem os mesmos dados dos documentos vinculados pela autora em sua peça vestibular, apenas com datas de expedições diferentes.

Documento apresentado na contratação:



Documento apresentado com a petição inicial:



## ALEGAÇÃO DE DÍVIDA IMPAGÁVEL – DESCABIMENTO

As faturas enviadas detalham claramente o saldo devedor, atendendo ao dever de informação previsto no art. 6º e 52 do Código de Defesa do Consumidor. As faturas especificam o saldo devedor, o valor descontado em folha, os encargos futuros e a necessidade de pagamento integral para quitação.

Os usuários de cartão de crédito devem pagar o saldo integral para evitar encargos subsequentes, conforme explicitado nas faturas. Estas, além de serem informativas, são boletos para pagamento da dívida principal.

O suposto desconhecimento do autor não se sustenta, já que o banco demonstrou que ele sempre teve ciência da obrigação de quitar o saldo por meio do boleto/fatura.

EM TODAS AS FATURAS  
MENSIS É INFORMADO  
O **SALDO DEVEDOR**  
PARA QUITAÇÃO E **ENCARGOS FUTUROS**

(CDC, art. 6º e 52)

**BANCO PAN**  
ZILTON DE SOUZA PAULO  
POERABA LT 31 QD 16 APT 101  
INHOAIBA  
RIO DE JANEIRO RJ  
23059-120

Modalidade  
**Consignado**  
4346\*\*\*\*\*5023

Melhor dia para compra  
Fatura do mês  
19/11  
Novembro 2024  
INSS

Data de vencimento 07/11/2024	Limite total do cartão R\$ 2.216,00	A. Valor total da fatura R\$ 244,21	B. Desconto em folha/benefício R\$ 70,60	Pagamento mínimo R\$ 69,36	<b>Saldo devedor (A-B) R\$ 174,85</b>
----------------------------------	--	--	---	-------------------------------	---

**Como pagar seu Cartão de Crédito Consignado**

1. Todos os meses parte da sua fatura já é **descontada em sua folha de pagamento/benefício**. Se o desconto em folha for menor que o **Pagamento mínimo**, você deverá pagar pelo menos a diferença entre os valores.
2. Você poderá pagar qualquer valor entre o **Pagamento mínimo** e o **Saldo devedor** usando o boleto abaixo.
3. Se o pagamento for menor que o saldo devedor atual, serão cobrados **encargos** do valor não pago.

Manual do cartão: [www.bancopan.com.br/produtos/cartao-consignado](http://www.bancopan.com.br/produtos/cartao-consignado)  
Video explicativo: [www.youtube.com/watch?v=NIOPoTCRa\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=NIOPoTCRa_c)

**① Fique ligado!**  
Se o pagamento total do saldo devedor não for efetuado, você optará pelo parcelamento do saldo devedor em **até 96 meses** a depender da regra do convênio, com uma taxa de juros de 2,46% ao mês.

**① Não se preocupe!**  
O pagamento mínimo foi automaticamente descontado em folha de pagamento.

**Resumo da sua fatura**

Total da fatura anterior	R\$ 549,17
Compras/saques do mês	R\$ 245,32
Desconto em folha	R\$ 70,60
<b>Total da fatura</b>	<b>R\$ 244,21</b>

**Canais de atendimento**

Whatsapp 11 4003-0101	Central de atendimento Capitais 11 4003-0101	SAC 0800 776 8000
Site <a href="http://www.bancopan.com.br">www.bancopan.com.br</a>	Domínio localidades 0800 888 0101	Ouvidoria 0800 776 9595

Confira seu limite atual no aplicativo do Banco PAN.

Você pode sacar até 70% do seu limite (R\$ 1.551,20).\*

Peça agora pelo WhatsApp (11) 3264-5998 ou pelo link <https://p.bancopan.com.br/SdNly>.

\*Depende da análise de crédito, do tipo de encargos e da modalidade de produto.

Ademais, com base na norma vigente, o cliente poderá, a qualquer tempo, solicitar o cancelamento do cartão de crédito consignado, devendo, obviamente, saldar o débito existente com a instituição financeira, o que demonstra, cabalmente, não haver qualquer onerosidade excessiva, muito menos ausência de informações.

## PARTE AUTORA NÃO FAZ PROVA MÍNIMA DE SEU DIREITO

Em que pese a relação consumerista existente entre as partes, a ausência de verossimilhança das alegações da parte autora impede a aplicação da regra prevista no art. 6º, VIII, do CDC, fazendo incidir a regra ordinária de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373, I, do CPC.

Destaque-se que o Banco apresentou o contrato e comprovante de pagamento e a **PARTE AUTORA SEQUER JUNTA SEU EXTRATO BANCÁRIO PARA COMPROVAR O NÃO RECEBIMENTO DOS VALORES, PROVA EXCLUSIVA SUA, ANTE AO PRINCÍPIO DO SIGILO BANCÁRIO E DE FÁCIL ACESSO.**

Não se desconhece que se cuida de relação de consumo, mas tal circunstância não implica a inversão automática do ônus da prova a que alude o art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, porquanto a norma em questão opera seus efeitos ope iudicis, mediante a análise da presença da hipossuficiência do consumidor ou da verossimilhança das suas alegações.

Não há verossimilhança nas alegações autorais, portanto, fica afastada a inversão do ônus probandi, impossibilitando, pois, a inversão do ônus da prova no caso em exame, pena de ofensa aos postulados do contraditório e da ampla defesa.

Imperioso trazer à colação, por analogia, os termos do Enunciado 330 do TJRJ:

*“OS PRINCÍPIOS FACILITADORES DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO, NOTADAMENTE O DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NÃO EXONERAM O AUTOR DO ÔNUS DE FAZER, A SEU ENCARGO, PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DO ALEGADO DIREITO.”*

## DA VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

O contrato discutido nestes autos possui todos os requisitos legais de validade:

### Previsão Legal

**Lei 10.820/2003 em seu artigo 1º, § 1º I e II**, que possui algumas alterações referentes aquelas pessoas vinculadas ao INSS, por meio da **RES-INSS 28/2008. Lei 10820, Art. 1º:**

**§ 1º O desconto mencionado** neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, **CARTÃO DE CRÉDITO** ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para: **I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.**

**Art. 6º** Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, **de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha**, para fins de amortização, **valores referentes** ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, **CARTÕES DE CRÉDITO [...]**.

**§ 5º** Os descontos e as retenções mencionados no caput não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, **sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:**

**I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou**

**II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.**

### Validade do Contrato

#### A lei 10.820/2003 autoriza:

- A consignação do cartão de crédito em folha;
- O saque por meio do cartão de crédito garantido pela consignação em folha.

#### O PAN possui:

- Contrato devidamente assinado pelo Autor, cuja assinatura corresponde àquela constante dos demais documentos apresentados;
- Os documentos apresentados pelo Autor no ato da contratação IDÊNTICOS aos documentos apresentados por ele em juízo;
- Comprovante do depósito do valor obtido mediante o contrato.

## DANO MORAL – DESCABIMENTO

Para que qualquer indenização seja possível, se faz necessário três requisitos essenciais, não constatados no presente caso:



Ausente, pois, no caso concreto, quaisquer dos requisitos estabelecidos em lei, não merecendo, pois, ser acolhido o pedido indenizatório, muito menos de natureza extrapatrimonial.



## DOS VALORES RECEBIDOS POR MEIO DA CONTRATAÇÃO

O Banco réu comprovou, documentalmente, o recebimento, pela parte autora, dos valores contratados correspondentes a R\$ 1.197,00.

Contudo, apenas por puro amor ao debate, entendendo minimamente pelo deferimento do pedido autoral, requer sejam compensados os valores recebidos, a fim de evitar o odioso enriquecimento sem causa.

## SOBRE O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Note-se que a parte autora NÃO comprovou os fatos constitutivos do seu direito no tocante à suposta fraude/irregularidade/vício de consentimento, conforme redação do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

Não existe culpa ou negligência por parte do banco réu na avença discutida, tampouco houve utilização ilegal dos dados da parte autora, não havendo comprovação dessas alegações.

Não há que se falar em suspensão dos descontos referente ao contrato de empréstimo consignado em questão, uma vez que se trata de operação legítima e regular. Neste sentido:

Ação declaratória de nulidade contratual c/c indenização por dano moral e repetição de indébito. Tutela de urgência indeferida. Decisão mantida. Art. 300, CPC. Requisitos necessários à concessão da tutela não evidenciados no caso vertente. Prova da contratação e da disponibilização do crédito ao autor que, em princípio, impede a suspensão dos descontos. Recurso desprovido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2082357-42.2019.8.26.0000; Relator (a): Cauduro Padin; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Penápolis - 4ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 30/05/2019; Data de Registro: 30/05/2019)

A parte autora possui uma avença perfeitamente válida a vencer. Suspender os descontos no seu benefício previdenciário prejudicaria sobremaneira o réu e, consequentemente, o cliente, que terá sua dívida prolongada, a qual será corrigida monetariamente pelo tempo que os descontos ficarem suspensos – dívida que será cobrada normalmente caso a ação seja julgada improcedente ao final.

## RESTITUIÇÃO EM DOBRO – DESCABIMENTO – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ

Novamente, apenas para argumentar, pois clara e evidente a contratação, ainda que houvesse qualquer razão à parte autora, qualquer restituição haveria de ser na forma simples, pois não comprovada a má-fé da instituição financeira.

Nos autos não há qualquer comprovação de ilegalidade, muito menos de vício de consentimento, motivo pelo qual, por puro amor ao debate, qualquer restituição deverá ser de forma simples, de acordo com jurisprudência pacificada do STJ:

**5. A SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE FIRMOU O ENTENDIMENTO DE QUE A DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR SOMENTE É POSSÍVEL QUANDO DEMONSTRADA A MÁ-FÉ DO CREDOR.** 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no

AREsp n. 539.237/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 2/6/2017.) (STJ - AREsp: 1304909 MS 2018/0134545-1, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Publicação: DJ 29/06/2018) (transcrição parcial. destacamos)

## DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Observa-se, claramente, que a parte autora alterou a realidade dos fatos com o intuito único de tirar proveito duvidoso com o processo, numa aventura jurídica que envolve, inadvertidamente, o Poder Judiciário já tão ocupado.

**TJ-MS – “I - TENDO O AUTOR FALTADO COM A VERDADE, ALEGANDO A AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO COM O RÉU A JUSTIFICAR OS DESCONTOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, NO INTUITO DE NÃO PAGAR OS VALORES DEVIDOS E, AINDA, SER REEMBOLSADO DAS QUANTIAS QUE JÁ HAVIA PAGO, É CASO DE MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO DAS PENAS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, FIXADA NA DECISÃO RECORRIDA”.** (TJ-MS - AC: 08000452720208120012 MS 0800045-27.2020.8.12.0012, Relator: Des. Marco André Nogueira Hanson, Data de Julgamento: 28/07/2020, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03/08/2020) (destacamos em transcrição parcial)

**TJ-CE - CÓPIA DO CONTRATO DEVIDAMENTE APRESENTADA E ASSINADO, ACOMPANHADA DE DOCUMENTOS PESSOAIS DA PARTE AUTORA. MERO ARREPENDIMENTO. RECONHECIMENTO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MULTA DEVIDAMENTE APLICADA.** (TJ-CE - RI: 00134147120168060128 CE 0013414-71.2016.8.06.0128, Relator: Flávio Luiz Peixoto Marques, Data de Julgamento: 29/01/2021, 2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS, Data de Publicação: 29/01/2021) (destacamos em transcrição parcial)

Data máxima vênia, é preciso repensar qual Judiciário teremos com tantas e tantas lides infundadas, pelo que requer a condenação da parte ex adversa multa por litigância de má-fé.

## Conclusões

- ✓ **CONTRATO COM DENOMINAÇÃO CLARA**
- ✓ **APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PESSOAL NO ATO DA CONTRATAÇÃO**
- ✓ **VALOR DO CONTRATO DEPOSITADO EM CONTA DE TITULARIDADE DA PARTE**
- ✓ **TAXAS E ENCARGOS DEVIDAMENTE ESCLARECIDOS (ART. 52 CDC)**
- ✓ **PARTE AUTORA VEM RECEBENDO AS FATURAS NO SEU DOMICÍLIO**
- ✓ **PARTE AUTORA NÃO FAZ PROVA MÍNIMA – SEQUER JUNTOU EXTRATO BANCÁRIO**

## REQUERIMENTOS

Inicialmente, a Ré requer a extinção do processo sem julgamento do mérito, em virtude das preliminares arguidas (art. 337, I a XII), nos termos do art. 485, do Código de Processo Civil, devendo a parte Autora ser condenada ao pagamento das despesas e honorários advocatícios nos termos do art. 338, parágrafo único, da mesma legislação processual.

Requer, outrossim, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados pela para Autora, com a imposição da condenação ao pagamento das despesas adiantadas pela Ré, bem como a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

Ante a explícita alteração dos fatos com objetivos escusos, requer a condenação da parte requerente em multa por litigância de má-fé, nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil.

Em caso de procedência da ação, apenas para fins de debate, requer-se que o valor total recebido pela parte Autora seja devolvido à Ré, devidamente corrigido, por meio de compensação.

Havendo qualquer dúvida quanto à veracidade dos comprovantes de depósitos dos valores da contratação apresentados pelo Banco, requer a intimação da parte Autora para juntar o extrato bancário do período e/ou a expedição de ofício à instituição financeira mantenedora da conta autoral a fim de confirmar o depósito realizado e evitar cerceamento de defesa.

Requer, finalmente, a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, oitiva do depoimento pessoal da parte Autora, de testemunhas, juntada de documentos, perícia grafotécnica, ofício às instituições financeiras, e outras que se fizeram necessários à demonstração da verdade dos fatos.

Requer sejam as futuras publicações, **EXCLUSIVAMENTE**, em nome do advogado **JOÃO VITOR CHAVES MARQUES – OABCE 30.348**

Respeitosamente, pede deferimento.

Em data de inserção no sistema.

**JOÃO VITOR CHAVES MARQUES**  
**OABCE 30.348**